

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

UM ESPELHO NA BUSCA POR (AUTO)REFLEXOS: REPRESENTAÇÕES DO BRASIL NO JORNAL POPULAR MOÇAMBICANO VOZ AFRICANA (1962-1964)

Caio Fabiano Lopes do Valle Souza
Mestrando em História Social
Universidade de São Paulo
caiodoalle@gmail.com

Neste trabalho debruçamo-nos em representações sobre o Brasil presentes, no início da década de 1960, nas páginas do jornal Voz Africana, semanário popular publicado na Beira, segunda maior cidade da então colônia portuguesa de Moçambique. O veículo tem como chamariz a seção de cartas, aquecida a cada número por dezenas de relatos, em primeira pessoa, de opressão e resistências. Editado pela diocese local, trata-se de um verdadeiro fórum que conecta pessoas de camadas subalternas de Sul a Norte do território, unindo afetiva e intelectualmente indivíduos cujas vivências, apesar das suas muitas diferenças, acabam sendo tornadas próximas pela desumanização diuturna imposta pelo colonialismo. É também um privilegiado e – dentro dos limites da censura do Estado Novo salazarista – complexo veículo para a construção de resistências cotidianas, sabiamente articulado por um grupo alargado de leitores (muitas vezes, de oitiva). Interessam-nos as figurações de Brasil que se montam na alvorada dos agitados anos 1960, antes da guerra de libertação moçambicana, e que circulam entre as camadas populares. Se o luso-tropicalismo de Gilberto Freyre busca articular a ex-colônia portuguesa na América como exemplo legitimador da suposta adaptação lusitana aos trópicos, as imagens de Brasil que se formam nas páginas da Voz Africana não excluem os contrastes estruturantes da sociedade brasileira. Desse mosaico discursivo sobre o Brasil, que aponta ora para uma espécie de modelo de sociedade “multirracial” a ser seguido (em sintonia com os teóricos coloniais), ora para as tensões não resolvidas da antiga colônia atlântica, eclode um amálgama dos conflitos ideológicos sobre Moçambique que passam a se embater com crescente intensidade na década de 1960.

Palavras-chave: Moçambique; colonialismo; imprensa.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Início da década de 1960. Moçambique, assim como os demais quatro territórios africanos subordinados ao tardio colonialismo português, experimenta a catálise da circulação de ideias anticoloniais, independentistas, de recortes nacionalistas. Na política e nas armas, a Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo) funda-se em 1962, aglutinada sob a liderança de figuras como Eduardo Mondlane. Nas letras, Luís Bernardo Honwana denuncia, via ficção, as brutalidades cotidianas do regime salazarista sobre a sociedade moçambicana nos contos que compõem *Nós matámos o cão tinho!*, de 1964, mesmo ano do início da guerra de libertação contra Portugal. Na imprensa, alguns poucos veículos, como a *Voz Africana*, da Beira, principal objeto deste estudo, põem-se a criticar – menos ou mais enfaticamente – a situação das acachapantes desigualdades que se espriam inclusive nos recônditos de uma sociedade de pouco mais de seis milhões de pessoas, das quais apenas cem mil, as de origem europeia, são de fato cidadãs, embora, ao menos na letra da lei, a segmentação racial tivesse sido abolida em 1961¹. Sobretudo, o racismo, denominador comum de todas as disparidades estruturantes da organização desta “província ultramarina” na costa índica, é mascarado por intermédio da narrativa oficial do multirracismo, reciclada pelos donos do poder e usada como propaganda de um êxito que jamais existiu, qual seja, o de um modo português de estar no mundo que abriria mão de diretrizes e distinções ráticas inerentes a outras empresas coloniais europeias. Invocando, por vezes literalmente, Gilberto Freyre e o conceito do luso-tropicalismo, a ditadura encabeçada por António de Oliveira Salazar, que não morrerá com o homem, esforça-se no sentido de reverter a condição de pária no concerto das nações – em particular, no âmbito diplomático da Organização das Nações Unidas (ONU), onde sua resistência ao *éthos* então em voga da “autonomia dos povos” ganha matizes de um pitoresco anacronismo, empurrando-a para perto do restrito grupo dos países governados por minorias supremacistas brancas, casos da Rodésia e da África do Sul do *apartheid*, ambas fronteiriças à “África Oriental Portuguesa”.

No dia a dia de milhões de pessoas em Moçambique, a realidade não precisa reunir muito esforço no sentido de descascar o verniz da ideologia das classes dominantes, quer dizer, de uma pretensa harmonia entre as raças. Educação formal de péssima qualidade, salários baixíssimos e condições de moradia precárias sustentam os

¹ Cf. DIÁRIO DO GOVERNO, n.º 207, Decreto-lei n.º 43.893, de 6 de setembro de 1961. Diploma legal do salazarismo que revogou o *Estatuto do indígena*, acabando, assim, com a divisão jurídica entre “indígenas” (a maior parte da população colonial) e cidadãos portugueses nas colônias.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

tênuos fios da vida da esmagadora maioria negra da população, brutalizada, do nascimento à morte, por um sistema econômico, político, social e cultural que nunca se afastará da necessidade de rigidez nas hierarquizações – e, portanto, da superexploração espoliadora, que é o próprio motor do imperialismo capitalista. Falamos de educação formal, salários e moradias: isso, evidente, quando os há. Afinal, são eloquentes os índices de analfabetismo da população em geral, na faixa dos 95%,² e da informalidade laboral, acometedora da maior parte da força de trabalho³. Já nas cada vez mais populosas cidades da colônia, tendo à frente Lourenço Marques, a Beira e Nampula a divisão racial se dá, escancarada, entre a “cidade de cimento”, branca e dotada de infraestrutura de primeira qualidade, e a enorme “cidade do caniço”, negra, suburbana, lotada de casebres de madeira e zinco, sujeita a periódicas inundações, aos surtos de doenças contagiosas e à violência tributária das aglomerações e da falta do mínimo planejamento urbanístico⁴. Para além desta violência, há a discricionariedade que atravessa as relações sociais cotidianas, sustentáculo da cisão racial que permanece apesar do discurso oficial, expressa na proibição, ainda que informal, de pessoas negras em espaços públicos, comércios e até em assentos de machimbombos (ônibus), nos abusos físicos e psicológicos no ambiente de trabalho etc.

É este o caldo pesado que entorna as páginas centrais do semanário popular *Voz Africana*, com direção editorial, desde 1962, pela Diocese da Beira, embora o título, criado em 1933, seja propriedade do Grémio Africano de Manica e Sofala⁵. Contando com uma rede, tanto formal quanto informal, de distribuição e circulação por todo o

² Cf. capítulo 4 de HEDGES, 1993.

³ Em 1960, conforme estimativas demográficas coletadas pelo serviço de inteligência do governo norte-americano, apenas 850 mil moçambicanos negros eram trabalhadores assalariados, “a maioria não qualificada”. O mesmo memorando sigiloso prossegue: “o desemprego é um grave problema; a maioria dos nativos africanos oferece trabalho não qualificado ou permanece no setor agrícola; milhares de trabalhadores nativos migram para a República da África do Sul e as Rodésias para trabalhar em minas”. Tradução minha. Cf. ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 1966, p. 5. É fundamental que se note que, apesar de uma tendência populacional no deslocamento campo-cidade no período, a sociedade moçambicana permanece estruturalmente rural na década de 1960. Para se ter uma compreensão da magnitude das dinâmicas rurais no território, note-se que no ano de 1960 a proporção de habitantes em área rural é de 91,9%, o que corresponde a, em termos absolutos, 6.068.725 pessoas. Cf. MUANAMOHA, 1995, p. 55.

⁴ Padrão urbanístico que, inclusive, encontrará poderosa resiliência no período pós-colonial, com a manutenção de uma cidade cindida em duas realidades antagônicas em termos de infraestrutura e qualidade de vida de seus habitantes, caso de Maputo (antiga Lourenço Marques). Cf. BARROS, CHIVANGUE & SAMAGAIO, 2014, p. 74-82.

⁵ Uma coletânea de mais de 150 cartas publicadas entre 1962 e 1968 no jornal ganhou a forma de livro no início dos anos 1970 pelo esforço de seu antigo editor, o jornalista português José Capela – pseudônimo de José Soares Martins. A edição do livro original é de 1971. A segunda edição da obra informa conter mais cartas do que a primeira, embora não especifique quantas e quais são elas. Cf. CAPELA, 1974.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

vasto território moçambicano, o jornal tem como principal chamariz justo a sua seção de cartas, aquecida a cada número por candentes relatos de opressão e resistências, escritos em primeira pessoa. Trata-se de um verdadeiro fórum que conecta pessoas de camadas subalternas de Sul a Norte da colônia, aproximando afetiva e intelectualmente indivíduos cujas vivências, apesar das suas muitas diferenças, acabam sendo tornadas bastante próximas pela desumanização diuturna imposta pelo sistema colonial⁶. Além de servir para um necessário desafogo dos lamentos das violências sistêmicas a que tantos seres humanos se veem submetidos, este espaço publicado congrega uma comunidade escrita capaz de ensejar sofisticados debates, a partir de distintos e, por vezes, contrastantes pontos de vista, em torno da amenização dos sintomas das desigualdades rotineiras, centradas na diferenciação rracica que continua a acometer moçambicanas e moçambicanos. É, portanto, também um privilegiado e – dentro das possibilidades impostas pela censura do Estado Novo português – complexo veículo para a construção, por intermédio de milhares de missivas impressas até o encerramento do jornal, em 1974, de resistências, sabiamente articulado por um grupo alargado de leitores (muitas vezes, leitores de oitava, dado o baixo acesso aos mecanismos gramaticais da língua portuguesa) a seu favor. Abordando temas como a nacionalidade, a cidadania, a “civilização” e o “atraso”, a religião, os papéis de gênero, a política institucional, o desemprego, os esportes e outros aspectos da indústria cultural, o amplo círculo leitor da *Voz Africana* ergue para si um universo em que alternativas à realidade vigente podem ser refletidas.

Neste presente trabalho, interessa-nos um aspecto que sobressai, de quando em quando, não apenas na seção de cartas do jornal *Voz Africana*, mas também entre os conteúdos editoriais das demais páginas, escritos por jornalistas do veículo ou reproduzidos de agências noticiosas: as representações de Brasil que se montam neste limiar dos agitados anos 1960 e que circulam entre as camadas subalternas de Moçambique. Se o luso-tropicalismo, a “quase-teoria” freyreana, nas palavras dos historiadores Peter Burke e Maria Lúcia Pallares-Burke (CASTELO, 2007, p. 29),

⁶ Tomo aqui a (talvez arriscada) liberdade de aproximar a conexão circunstancial, intelectual e afetiva verificada entre os missivistas do entendimento de “relação” e seu imbricamento com “classe” trabalhado pelo historiador britânico E. P. Thompson. Em síntese: “Por classe, entendo um fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria-prima da experiência como na consciência. Ressalto que é um fenômeno *histórico*. Não vejo a classe como uma ‘estrutura’, nem mesmo como uma ‘categoria’, mas como algo que ocorre efetivamente (e cuja ocorrência pode ser demonstrada) nas relações humanas”. Cf. THOMPSON, 2019, p. 9-10.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

procura articular a ex-colônia portuguesa na América como um laboratório histórico em que o sucesso da agência lusitana, traduzido em um modelo de colonização todo original, poderia ser comprovado na empiria⁷, servindo assim aos propósitos imediatos do estado-novismo, as imagens de Brasil que vão se formando nas páginas da *Voz Africana* não excluem os contrastes persistentes no interior da sociedade brasileira.

A “favela”, palavra tão íntima do português brasileiro, por vezes ocupa a posição de sinônimo de habitações precárias, em reportagens do semanário (*VOZ AFRICANA*, n. 47, 20 abr. 1963, p. 3). A escritora Carolina Maria de Jesus, fenômeno editorial do momento no Brasil, ganha um perfil de duas páginas, repletas de fotos, onde se lê como a catadora de papéis negra galgou o estrelato literário (n. 13, 25 ago. 1962, p. 8-9). O poeta brasileiro Manuel Bandeira empresta alguns de seus versos em uma das ousadas primeiras páginas do jornal, de modo a ilustrar denúncias das condições de moradia precárias da “cidade do caniço” (n. 61, 27 jul. 1963, p. 1)⁸. O samba, o gênero musical brasileiro de origens africanas e afrodescendentes, é mencionado em cartas e em reportagens, disputando espaço com o rock norte-americano⁹. Apreciada, a música brasileira surge com frequência: a cantora Ângela Maria, em visita à colônia para uma turnê, recebe destaque em algumas edições do semanário – em uma longa entrevista, na qual critica a bossa nova como expressão de “menino rico”, o jornal menciona o seu apelido de “sapoti”, “fruto moreno” do país atlântico (n. 71, 5 out. 1963, p. 11). A publicação de uma matéria completa do jornal brasileiro *O Globo*, do Rio de Janeiro, sobre o olhar admirado de um jornalista brasileiro em visita a Lourenço Marques, capital da colônia, que, em sua opinião, “cosmopolitiza-se, cada vez mais, por força da sua excepcional posição geográfica entre o Oriente e o Ocidente” (n. 52, 25 mai. 1963, p. 11). Em outro texto replicado no jornal, o mesmo periodista compara a cidade de Nampula, “a cidade menina e moça, a caçulinha da província por quem me apaixonei”, à recém-construída Brasília, em tom a um só tempo condescendente e bajulador do

⁷ Sucintamente, de acordo com essa visão, não existiriam tensões raciais no Brasil contemporâneo, onde a cidadania seria plena e igualitária, abrangendo a todos os grupos raciais, em fino contraste com a situação de antigas colônias anglo-saxônicas, como os Estados Unidos da América, onde ainda vicejavam políticas de explícito racismo em particular nos estados do Sul, as chamadas leis “Jim Crow”.

⁸ Além do brasileiro, há a compilação de alguns versos do poeta português Aleixo Ribeiro. O excerto do poema de Bandeira impresso na capa do jornal: “Esta estrada onde moro, entre duas voltas do caminho/ Interessa mais que uma avenida urbana./ Nas cidades todas as pessoas se parecem./ Todo o mundo é igual. Todo o mundo é toda a gente./ Aqui, não: sente-se bem que cada um traz a sua alma”. Já o de Ribeiro: “O seu sítio são ruelas de tias pobres e desavindas,/ meninos descalços e guerreões e gatos vadios”.

⁹ Cf. carta de Gabriel César Cassir, de Monapo, em *VOZ AFRICANA*, Beira, 10 fev. 1963, n. 38, p. 6; e nota do articulista Baneane em *VOZ AFRICANA*, 8 jun. 1963, n. 54, p. 12.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

regime colonial (n. 64, 24 ago. 1963, p. 13). O futebol brasileiro, bicampeão mundial em 1962, merece um aparte. Nas cartas e nos conteúdos editoriais, atletas nacionais do esporte se destacam como referência quase unânime: o próprio craque Eusébio, nascido e criado em Lourenço Marques, é retratado em uma das primeiras páginas do jornal como “o Pelé português” (n. 40, 2 mar. 1963, p. 1). Um missivista em acalorado debate com outro leitor a respeito da correção de alguns nomes de localidades menciona que no Brasil “há povoação ‘Garrincha’” (n. 26, 24 nov. 1963, p. 6-7)¹⁰. Outros textos registram as relações diplomáticas entre Portugal e o Brasil ou até entre Moçambique e o Brasil, embora nenhum de ambos cumprisse papel de relevância em suas respectivas balanças comerciais.

Construções discursivas de um Índico atlântico

Ensaio de “aproximação” – institucionais ou individuais – entre Brasil e colônias portuguesas na África constituem dimensão relevante das relações culturais, econômicas e mesmo geopolíticas entre ambos os “lados” nos meados do século XX. Na literatura, a circulação de textos de escritores brasileiros como o romancista Jorge Amado (autor, entre outros, de *Jubiabá*) desempenha papel de destaque na formação de poetas centrais para a efervescência de certo nacionalismo – ou, ao menos, de cariz anticolonial – nas letras moçambicanas, marcadamente Noémia de Sousa e José Craveirinha, a partir do final da década de 1940. Permeados de um forte sentido político de respeito e conexão com as populações diaspóricas na América, alguns escritos do período reforçam a noção de vivências que, no presente, apesar das distâncias e das vicissitudes regionais, convergem, sobretudo em função dos muitos e antigos vínculos coloniais centrados no comércio transoceânico de seres humanos e dos racismos dele resultantes – mas, imperioso frisar, sem esquecer-se das resistências sistemáticas às variadas formas da falta de liberdade. Em “Súplica”, de 1949, a poetisa Noémia de Sousa realça o protagonismo negro na formação da música contemporânea¹¹:

[...] Podem desterrar-nos,

¹⁰ Cf. carta assinada por “Um Natural de Morrumbene”, da Beira, em VOZ AFRICANA, n. 26, 24 nov. 1963, p. 6-7.

¹¹ Não admira que, também nesse ano, já no contexto dos inícios da ebulição do movimento pelos direitos civis dos negros nos Estados Unidos da América, a mesma autora publique pungente poema dedicado à cantora norte-americana Billie Holiday, expoente maior do *jazz*. Uma das estrofes reitera a sororidade, e não apenas pela solidão e pela dor, mas igualmente pela profundidade sonora, pela potência da voz: “E então,/ tua voz, minha irmã americana,/ veio do ar, do nada, nascida da própria escuridão.../ Estranha, profunda, quente,/ vazada em solidão” (SOUSA, 2016, p. 123).

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

levar-nos
para longes terras,
vender-nos como mercadoria,
acorrentar-nos
à terra, do sol à lua e da lua ao sol,
mas seremos sempre livres
se nos deixarem a música!
[...] (2016, p. 3)

Noutro poema, faz remissão explícita à música brasileira, declamando:

[...] Ritmos fraternos do samba,
herança de África que os negros levaram
no ventre sem sol dos navios negreiros
e soltaram, carregados de algemas e saudade,
nas noites mornas do Cruzeiro do Sul!
Oh ritmos fraternos do samba,
acordando febres palustres no meu povo
embotado das doses do quinino europeu...
Ritmos africanos do samba da Baía,
com maracas matraqueando compassos febris
– Que é que a baiana tem, que é –
violões tecendo sortilégios xicuembos
e atabaques soando, secos, soando...
[...] (SOUSA, “Samba”, p. 86)

Por sinal, o privilegiado tópos de Salvador da Bahia, primeira capital da colônia lusa no continente americano e cidade majoritariamente negra, reaparece no “Poema a Jorge Amado”:

O cais...
O cais é um cais como muitos cais do mundo...
As estrelas também são iguais
às que se acendem nas noites baianas
de mistério e macumba...
(Que importa, afinal, que as gentes sejam moçambicanas
ou brasileiras, brancas ou negras?)
Jorge Amado, vem!
Aqui, nesta povoação africana
o povo é o mesmo também
é irmão do povo marinheiro da Baía,
companheiro de Jorge Amado,
amigo do povo, da justiça e da liberdade!
[...] (SOUSA, 2019, p. 51)

As páginas que acolhem, originalmente, tais escritos de Sousa, entre 1948 e 1951, são as de veículos de imprensa, entre os quais o jornal O Brado Africano, publicado em Lourenço Marques e detentor de eloquente trajetória na afirmação

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

impressa de uma pequena camada de intelectuais negros e mestiços da colônia. Fundado em 1918 pelos irmãos João e José Albasini, nas décadas de 1940 e 1950 o semanário, editado pelo Grêmio Africano e depois pela Associação Africana de Lourenço Marques, já não conta com o prestígio de outrora – retém, no entanto, a relevância de divulgar colaborações literárias de vultos como Sousa, Craveirinha e Rui Noronha (HOHLFELDT & GRABAUSKA, 2010, p. 203). Tal característica é igualmente observada no jornal *Voz Africana* em sua segunda fase, aquela iniciada em 1962, quando o seu controle *de facto* migra para a Diocese da Beira. Entre os importantes escritores e artistas a contribuir neste semanário a partir dali acham-se a jovem Lina Magaia, Luís Bernardo Honwana e Malangatana Valente, cujas intervenções incluem gravuras e textos em prosa.

Para além desse aspecto, a publicação beirense conserva a “tradição” de seu homólogo laurentino de referenciar o Brasil de quando em vez. Agora, entretanto, a tensão política já antecipa o estopim da guerra de libertação, instante em que os conflitos bélicos com as forças armadas portuguesas se intensificam na Guiné e em Angola. Surge nas laudas da *Voz Africana*, nesse contexto perigoso de sufocada afirmação do nacionalismo, como já afirmado, a fragmentária imagem de um Brasil com capacidade de inspirar e assustar – concomitantemente “parecido” (o passado colonial comum, o idioma até certa medida compartilhado e a grande parcela afrodescendente de sua população, junto das muitas pontes culturais daí decorrentes) e “estranho” (seja na paradoxal irresolução histórica entre grandeza e manutenção de enormes desigualdades sociais, seja na sedutora mitologia da democracia racial e seus desdobramentos luso-tropicalistas pelo regime salazarista). Relegadas as particularidades históricas, econômicas e sociais, a antiga colônia portuguesa no Atlântico Sul, então liberta há quase século e meio, se constrói na forma de enigma ou até de bifurcação dilemática perante Moçambique no seu presente caminho rumo ao futuro – um amanhã no qual ainda partilhará da “Nação Portuguesa” ou, alternativamente, estará soberano. Conforme se afigura no jornal, o problema esfíngico dessa encruzilhada da conjuntura histórica interna e externa não encontra resolução fácil, visto que uma hipotética independência (por sinal, jamais acalentada de maneira explícita na publicação) poderia não garantir, por si só, a resolução de problemas estruturais, servindo o “Brasil” de alerta.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Ao mesmo tempo, a leitura de notícias acerca de aspectos brasileiros “positivos”, sobretudo a originalidade das artes e dos esportes, inspiraria ímpetus da construção de uma identidade toda própria, singular, abordagem que, a despeito de sua aparente sinceridade, entendemos representar um esvaziamento do percurso proposto por pensadores como Noémia de Sousa nos versos acima mencionados. Embora os redatores da *Voz Africana* não se furtem ao esforço de “aproximar” a realidade moçambicana da brasileira, tal “aproximação” nunca ultrapassa os limites profiláticos da política institucional, numa postura que situa o semanário mais próximo da defesa conservadora do *status quo* colonial do que de qualquer perspectiva francamente emancipatória de Moçambique. Antes, a “província ultramarina” deve conquistar, com algumas reformas, melhorias na qualidade de vida de seus “cidadãos”, inclusive no plano cultural, mas tudo ainda subordinado aos desígnios da Metrópole e seus representantes.

Vejamos o caso da matéria biográfica a respeito da escritora Carolina Maria de Jesus. O texto transparece forte tentativa de plasmar a realidade da ex-moradora da favela do Canindé, em São Paulo, à dos leitores da *Voz Africana*, espalhados por áreas suburbanas ou precariamente urbanizadas do território colonial, aquelas a que o antropólogo moçambicano José Luís Cabaço (2009) denomina de “periurbano”.

O bem inestimável da instrução primária tinha-o adquirido ela na sua terra natal, no Estado de Minas Gerais. **Instigada pela sua professora primária aprendeu a ler e a escrever e chegou a ser a melhor da turma. E foi a primeira da escola.** Aos 16 anos, teve de partir para São Paulo, para seguir a sua mãe. A mãe de Carolina ficou a trabalhar numa casa antes de chegar à cidade e Carolina prosseguiu até à grande metrópole onde ficou aterrorizada perante os grandes edifícios de letreiros luminosos. Construiu a sua barraca para viver e, em 1955, começou a escrever o seu diário: “Quarto de Despejo”. E então, aparecem, em pinceladas fortes, **cenar da vida do dia a dia nas “favelas”**: “Hoje canto. Estou alegre e pedi aos meus vizinhos que não me aborrecessem. Todos nós temos o nosso dia de alegria. Hoje é o meu”. A 17 de Maio: “Quando me levantei, tinha medo de morrer. Uma vez que **os pobres dos outros países sofrem como os pobres do Brasil?**”¹². E assim prossegue, com realismo, e

¹² Na edição original do livro de Carolina Maria de Jesus, o trecho referido pelo jornal encontra-se diverso, um tanto mais soturno: “Levantei nervosa. Com vontade de morrer. Já que os pobres estão mal colocados, para que viver? Será que os pobres de outro País sofrem igual aos pobres do Brasil?”. Ver JESUS, 1960, p. 34. Tal divergência, mais do que um simples erro de edição, provavelmente indique uma intencional tentativa do jornal no sentido de “suavizar” a narrativa da escritora, fazendo com que sua história se encaixe com maior exatidão ao que pretende a reportagem, ou seja, utilizar a autora brasileira como referência de êxito pessoal apesar da miséria extrema e das dúvidas existenciais que esta pode

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

simplicidade o drama da vida diária nas “favelas”. (VOZ AFRICANA, n. 13, 25 ago. 1962, p. 5-6, grifos meus)

Além do emprego do vocábulo “favela” para designar o conjunto de moradias urbanas precárias, o excerto carrega, ainda, outra característica editorial marcante do semanário em sua segunda fase: o permanente estímulo aos estudos primários pelos jovens negros subalternizados de Moçambique, apesar das dificuldades de acesso à maioria da população em idade escolar. A educação formal de crianças e adolescentes, organizada pela Igreja católica, povoa diversas edições do jornal como instrumento capaz de permitir, também pelo empenho individual, a ascensão material dos moçambicanos. A escritora brasileira negra, fenômeno de vendas nas livrarias com as suas recordações da miséria, seria um exemplo “atlântico” para ser copiado. O vínculo é acentuado pela frase da própria autora ao se questionar se os pobres de outras partes do mundo sofrem como os do Brasil. Da maneira citada pelo jornal, a questão desempenha função meramente retórica, visto que, dadas as características raciais e socioeconômicas de seus leitores, a resposta só pode ser afirmativa. Como se observa na Figura I, a própria composição visual das páginas que comportam a reportagem conduz a uma lógica de “progresso” individual: parte das primeiras fotografias revelam Carolina Maria de Jesus na favela; em outras, ela aparece em ambientes requintados, num deles autografando exemplares da sua obra.

Figura I – Fac-símile de páginas internas do jornal Voz Africana

ensejar, inclusive o questionamento sobre se vale a pena continuar vivendo em condições de penúria extrema.

CAROLINA DE JESUS
ESCREVEU O DIÁRIO DA SUA VIDA MISERÁVEL

E TORNOU-SE UMA ESCRITORA MUNDIALMENTE FAMOSA

JUNTE NA SUA COMIDA O CONCENTRADO DE TOMATE GIRAFFE

NÃO PRECISA DE IR AO LUME. JÁ ESTÁ PRONTO PARA COMER!!!

Distribuidores para Moçambique
"INTERSONER MOÇAMBIQUE, Lda"

— C. P. 1968 — LOURENÇO MARQUES —

Fonte: VOZ AFRICANA, n. 13, 25 ago. 1962, p. 5-6.

No trecho abaixo, um interessante comentário anônimo acerca do enorme êxito obtido pelo filme *Orfeu Negro* (1959) em Moçambique, publicado na página de opinião da Voz Africana, a associação se constrói entre o Rio de Janeiro, palco da trama, e a cidade de Lourenço Marques, onde a película é exibida à exaustão, e também entre os negros moçambicanos (mencionados como “africanos”) e os negros viventes nas favelas dos morros cariocas, protagonistas da fita do cineasta francês Marcel Camus.

[...] Um número bastante restrito de gente iniciado na Cultura Clássica pôde estabelecer ou surpreender paralelos entre a lenda de Orfeu e a história trágica enquadrada no cenário do quase turístico carnaval carioca. Todavia, o extraordinário sucesso do “Orfeu Negro” em Moçambique poderá ser interpretado como o resultado do interesse extra suscitado entre o público africano, pelo facto de pela primeira vez num filme de fundo as figuras principais do elenco terem sido recrutadas entre gente de cor, além da boa urdidura da história triste do amor de Orfeu e Eurídice. Ainda em plano de grande evidência nesta tentativa de reconhecimento de causas, apontaremos o já existente entusiasmo dos moçambicanos pela música popular brasileira, oferecida no filme com grande apuramento e com versos de extrema beleza e simplicidade. [...] Dir-se-ia, por exemplo, que também foi factor dominante para a apreciação de “Orfeu Negro” em Moçambique, particularmente em Lourenço Marques, a inegável identidade entre o povo das favelas,

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

através da sua comunicabilidade, dos seus problemas e dos seus anseios, revelados por entre a efusibilidade do carnaval que constituía o *back'ground* [sic] do filme, e as populações das zonas periféricas da cidade. Mais concretamente diríamos que Orfeu e Eurídice reviveram na mentalidade do público, muitos dos dramas do Chamanculo, do Xipamanine e da Mafalala [populosos bairros de caniço em Lourenço Marques].

O autor conclui com um saboroso relato do carnaval laurentino de 1964, inegavelmente alimentado pelo sucesso estrondoso da obra fílmica na capital da colônia:

Tal como deve acontecer no Rio, durante cinco dias as ruas da cidade acolheram **quase toda a sua população suburbana**, que, afinal, **veio emprestar um cunho popular ao carnaval. Através dessa descida à cidade não será difícil reconhecer o abandono do morro**, rumo às ruas largas, ladeadas por enormes prédios que Marcel Camus retratou magnificamente no filme. A semelhança chega ao requinte da imposição de um ritmo brasileiro – o samba – a comandar essa descida. (VOZ AFRICANA, n. 93, 7 mar. 1964, p. 2, grifos meus)

Seja como for, notável que um Brasil popular se agigante nas representações sobre o país nas reportagens e nos textos opinativos da Voz Africana entre 1962 e 1964. Ao passo que uma palavra importada como “favela” penetre o léxico da publicação de maneira pejorativa (por vezes entre aspas), produtos da indústria cultural brasileira bastante vinculados às camadas subalternas e negras da população adquirem destaque e simbolizam sucesso. Uma reportagem sobre o músico Victor Hugo de Jesus Xavier destaca os “bailões à Luís Gonzaga” promovidos pelo acordeonista, cujo apelido, escreve o repórter da Voz Africana, é “Luís Gonzaga de Nampula”. Em entrevista para o semanário, o artista moçambicano comenta a respeito de seu ídolo brasileiro e costura paralelos explícitos entre Brasil e Moçambique:

Como sabe, ele é profissional e acreditado artista tanto no seu país como no estrangeiro, enquanto que eu não passo de um simples amador da música considerando-me mesmo um dos maiores assassinos dela. Além disso, por mais que eu estudasse a ponto de adquirir a mesma bagagem “fonográfica” que a dele, eu só poderia ser eu mesmo e nunca Luís Gonzaga. Mas já que o público me escutou deu o seu parecer, que remédio?... Contudo admiro profundamente o sanfoneiro e cantor nordestino, o popular Luís Gonzaga, o rei dos “xaxados” e do “baião”, porque, através das suas canções, **cheias de motivos bem populares, vejo o Brasil com a sua vida sertaneja, com as suas misérias, com as suas tragédias, com os seus momentos de alegria e de tristeza, e, para mim, igual a Moçambique**. Eis a razão por

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

que gosto de interpretar as suas canções. (VOZ AFRICANA, n. 47, Beira, 20 abr. 1963, p. 5, grifo meu)

Na mencionada entrevista com a cantora Ângela Maria, responsável por shows lotados em Moçambique no ano de 1963, não escapa ao atento jornalista moçambicano o detalhe da alfinetada à bossa nova, movimento estético da música associado à zona sul carioca, então em evidência: “Gosto do samba, do verdadeiro samba, brasileiro cem por cento. Bossa nova é samba de menino rico em boate de luxo, com falta de voz e bebedeira. Lá no Brasil não tem público. Não tem mercado...”, declara a sambista ao repórter. Acompanhante musical da cantora, o violonista Ary Moreno, também entrevistado, insiste no laço histórico: “Samba é bom porque é do povo. Herança do negro escravo [sic]. Ritmo que é do povo tem vida, força, autenticidade. Quem é que pode ouvir um bom samba e fica indiferentchi? Nós em Angola ouvimos folclore: raízes do samba. Autêntchicas. Não tem chance de se enganar, irmão...” (VOZ AFRICANA, n. 71, 5 out. 1963, p. 11). Simpaticamente exótico para o ouvinte, o sotaque do brasileiro resulta transcrito na página do semanário.

Contrastante com a sensibilidade da observação do instrumentista, encontramos a visão do jornalista brasileiro Alves Pinheiro, do diário O Globo, do Rio de Janeiro, estampada em reportagem que a *Voz Africana* optou por registrar na íntegra, na página 11 de sua edição de 25 de maio de 1963, sob o título “Lourenço Marques: mosaico humano de democracia racial”. Segundo o parágrafo de apresentação do texto, Pinheiro “relata algumas impressões da visita que recentemente fez a Moçambique” como enviado especial do meio de comunicação carioca. A respeito da capital da colônia, o periodista informa:

O que, entretanto, a caracteriza é o mosaico humano, a reunião e a fusão de tantas raças e civilizações. E o que comove e entusiasma é este poder formidável de absorção que só se explica e justifica como um sortilégio do génio e da raça lusíada porque todos pensam, agem, amam, vivem e odeiam **como portugueses**, venham de onde for, sejam ocidentais ou asiáticos, brancos, pretos ou amarelos, falem a língua que seja ou adorem o deus que entendam ou prefiram. **Todos portugueses na maneira de ser, na língua, no sentimento.** (VOZ AFRICANA, n. 52, 25 mai. 1963, p. 11, grifos meus)

Atente-se às loas tecidas por Pinheiro a respeito das “insuperáveis predominâncias da Portugalidade” que pôde testemunhar em sua estadia moçambicana.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

De acordo com ele, em “nenhuma parte do Ultramar se repete como aqui, o Brasil, no panorama pluri-racial e na força da absorção”. O mote do “multirracismo” propagandeado pelo Estado Novo português ressurgiu pleno e o Brasil, ainda outra vez, cumpre o papel de modelo de “harmonia” rracica propulsionado, desde o início, pela suposta capacidade lusitana de agregar os diferentes num só cadinho generoso de humanidade. Cheio de paternalismo por Moçambique, em outro de seus textos reproduzido pela Voz Africana, Pinheiro não se vexa em comparar a colônia (que, sob a sua ótica, estaria numa espécie de infância) com a maturidade da experiência brasileira: “Nampula, a Brasília do Norte de Moçambique, a cidade menina e moça, a caçulinha da província por quem me apaixonei” (VOZ AFRICANA, n. 64, 24 ago. 1963, p. 13). Convém ressaltar que a condescendência do escriba encontra lastro no pensamento do fundador da ideia do luso-tropicalismo, que, um ano antes, declara em conferência proferida no Rio de Janeiro:

A presença da moderna cultura brasileira não só nas Áfricas Portuguesas como noutras Áfricas, vizinhas das portuguesas e ameaçadas pela sombra do arianismo sul-africano, venho há anos insistindo em ser uma presença necessária à animação, à orientação e ao desenvolvimento em nações democráticas de gentes ainda presas a complexos tribais ou destribilizadas apenas em alguns dos seus elementos: gentes de quem se sentem afins tantos brasileiros de procedência em parte africana; gentes em quem se encaram culturas que concorrem fortemente para a formação da moderna civilização lusotropical do Brasil; gentes cujos sentimentos, cujos problemas, cujas aspirações o brasileiro está em situação única de compreender, tornando-se o mediador, hoje tão necessário entre europeus e não europeus. (FREYRE, 2010, p. 166)

Não espanta o polímata de Apipucos posicionar a “moderna cultura brasileira”, suposta expressão máxima da “democracia além de racial, social” do Brasil – esta, nada menos do que “um brasileirismo de valor, sem nenhum exagero, *universal*” (idem, grifo meu) – como um poderoso instrumento capaz de erguer o país sul-americano ao patamar de legítimo *mediador* e *orientador* das tensões raciais nas “Áfricas Portuguesas”. Tensões, diga-se, por ele atribuídas apenas à contaminação por elementos exógenos, tal qual o “arianismo sul-africano”. Afinal, os recentes desdobramentos da luta anticolonial sequer puderam amolecer o seu pensamento com relação à autonomia dos povos, mantendo-se crítico dos nacionalismos africanos. Senão, vejamos: na década anterior, Freyre, em visita a Moçambique patrocinada pelo salazarismo, denuncia a prática racista do luxuoso Hotel Polana, onde se hospeda em Lourenço Marques, de

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

proibir o ingresso de clientes negros. Porém, o autor, ainda que testemunha da situação, é incapaz de apontar responsabilidades e atitudes desabonadoras das omissas autoridades portuguesas, por ele compreendidas como tristes reféns do imperialismo econômico do país vizinho. Seu raciocínio, então, já alça o Brasil como a solução urgente de ser exportada para aglutinar “brancos com pretos” em sociedades em rápido processo de dissolução:

[...] Com uma piscina tão sedutora quanto a do Copacabana no Rio. Boas salas. Bons quartos com banhos. Bom serviço: pretos limpos, ágeis, muito corretos nos seus uniformes. Trata-se, entretanto, de um hotel arianista ou, antes, endogamista. Especializa-se em acolher a anglo-saxões, *boers*, israelitas, aqui numerosos, vindos da África do Sul e das Rodésias, para gozar o mar e as paisagens da África Oriental Portuguesa: alguns para verificar “como é diferente o amor em Portugal”. Não admite pessoas de côr, nem como hóspedes nem simplesmente como visitantes, por mais cultos, por mais finos, por mais gentis que sejam essas pessoas. Estranho que o Governo Português permita que isto se verifique na África Portuguesa. [...] Pequena amostra de que há hoje na África um imperialismo cultural sul-africano, dissolvente de valores e estilos de cultura que não sejam os seus – rigidamente etnocêntricos ou intolerantemente nórdicos –, e contra o qual as civilizações luso-tropicais devem resistir o mais possível unidas: reforçadas pela **presença mais viva da cultura brasileira entre as populações luso-africanas**. Sendo, talvez, o Brasil de hoje, considerado em conjunto, a maior civilização moderna nos trópicos – primado que alcançou ou vai alcançando, sem sacrifício de sua avançada democracia étnica –, **é justo que a presença de sua cultura, de origem principalmente lusitana, se faça sentir entre os luso-africanos como estímulo à conservação e ao desenvolvimento de formas igualmente democráticas de convivência humana**. (FREYRE, 1953, p. 485, grifos meus)

Na conferência de 1962, irritado com a postura (timidamente) crítica da diplomacia do governo do ex-presidente Jânio Quadros e sua Política Externa Independente (PEI) – de não alinhamento automático no bojo da Guerra Fria entre o bloco norte-americano, no qual historicamente o país se insere, e o da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) – perante um acuado colonialismo português, Freyre volta a esgrimir a pretensa “missão [do Brasil] de líder de uma democrática política social de ‘vária cor’ que se contraponha tanto à de ‘branquitude’, de europeus, como à de ‘negritude’ que vem sendo animada entre africanos por nacionalistas de intenções dúbias” (p. 167). Um discurso na contramão dos movimentos por autonomia que, em especial após a Conferência de Bandung, em 1955, animam o “Terceiro Mundo” a sistematizar a luta contra as velhas dominações coloniais. Curioso observar,

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

todavia, que o discurso freyreano não deixa, em partes e ambigualmente, de ser posto em marcha pela chancelaria brasileira, defensora, nos foros multilaterais, do “anticolonialismo e [d]os princípios da autodeterminação dos povos e da não intervenção”, conquanto *pari passu* apegada “às relações especiais com antigas metrópoles, como Portugal e França”. Assim, o governo brasileiro carrega o interesse, dadas as “afinidades culturais” com a África e a “formação sócio-histórica” do Brasil, de transformar-se num “interlocutor privilegiado dos países africanos” (MANZUR, 2014, p. 185-186). Potenciais ganhos comerciais dessa aproximação, inclusive, são reportados pela Voz Africana. Nos estertores do governo de João Goulart, mantenedor da PEI, o semanário registra, em breve nota, a chegada de uma “missão paulista” ao território, estimulada pela própria ditadura de Salazar (VOZ AFRICANA, n. 89, 8 fev. 1964, p. 11).

Considerações finais

O que se extrai, em síntese, desse mosaico de representações da nação brasileira, que apontam ora para um modelo – ainda que imperfeito – a ser seguido de grande sociedade “multirracial” (em sintonia com os teóricos do colonialismo tardio), ora para as tensões não resolvidas da antiga colônia atlântica, é uma amálgama dos conflitos ideológicos sobre Moçambique que passam a se embater com mais vigor na década de 1960.

Os paralelos discursivos construídos pelo jornal Voz Africana entre Moçambique e o Brasil nos dois primeiros anos de sua nova fase remetem sobretudo aos aspectos envolvendo as vivências suburbanas e suas manifestações e representações identitárias na cultura. Artistas e expressões populares sobrepõem-se aos de “tipo exportação” da “República Bossa Nova”: Luís Gonzaga, Ângela Maria, baião, samba, Carolina Maria de Jesus, favela. Isso reflete a preocupação editorial, não totalmente afastada das narrativas oficiais do regime salazarista (embora muitas vezes moderadamente contrastante a elas, num viés de reformismo), com um setor da população moçambicana que observa forte crescimento em espaços precariamente urbanizados nos arrabaldes das maiores cidades, como Lourenço Marques e a própria Beira, mas também em pequenas vilas rurais, cada vez mais influenciadas por estilos de vida “modernos” e majoritariamente urbanos.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Referências

Jornal

- Voz Africana**, Beira, 25 ago. 1962, n. 13.
Voz Africana, Beira, 10 fev. 1963, n. 38.
Voz Africana, Beira, 2 mar. 1963, n. 40.
Voz Africana, Beira, 20 abr. 1963, n. 47.
Voz Africana, Beira, 8 jun. 1963, n. 54.
Voz Africana, Beira, 27 jul. 1963, n. 61.
Voz Africana, Beira, 24 ago. 1963, n. 64.
Voz Africana, Beira, 5 out. 1963, n. 71.
Voz Africana, Beira, 8 fev. 1964, n. 89.
Voz Africana, Beira, 7 mar. 1964, n. 93.

Livros, artigos, dissertações e relatórios

BARROS, Carlos Pestana; CHIVANGUE, Andes; SAMAGAI, António. Urban dynamics in Maputo, Mozambique. **Cities**, v. 36 (2014), p. 74-82.

CABAÇO, José Luís. **Moçambique: identidade, colonialismo e libertação**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

CAPELA, José (Org.). **Moçambique pelo seu povo**. 2 ed. Porto: Afrontamento, 1974.

CASTELO, Cláudia. “Prefácio à presente edição”. In: **O modo português de estar no mundo: o luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)**. Porto, Afrontamento, 1999.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Central Intelligence Agency. Current Intelligence Country Handbook. **Mozambique**. Directorate of Intelligence. Office of Current Intelligence. Junho de 1966

FREYRE, Gilberto. **Aventura e rotina**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1953.

FREYRE, Gilberto. **Uma cultura ameaçada e outros ensaios**. São Paulo: É Realizações, 2010.

HEDGES, David. **História de Moçambique, volume 3: Moçambique no auge do colonialismo, 1930-1961**. Maputo: Departamento de História, Universidade Eduardo Mondlane, 1993.

HOHLFELT, Antonio. GRABAUSKA, Fernanda. “Pioneiros da imprensa em Moçambique: João Albasini e seu irmão”. In: **Brazilian Journalism Research**, vol. 6, Número 1, 2010, p. 195-214.

HONWANA, Luís Bernardo. **Nós matamos o cão tihoso!** São Paulo: Kapulana, 2017.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo**: diário de uma favelada. São Paulo: Livraria Francisco Alves, 1960.

MANZUR, Tânia Maria P. G. “A Política Externa Independente (PEI): antecedentes, apogeu e declínio”. In: **Lua Nova**: revista de cultura e política, n. 93, 2014, p. 169-199.

MUANAMOHA, Ramos Cardoso. **Tendências históricas da distribuição espacial da população em Moçambique**. 1995. 124 f. Mestrado. Centro de Desenvolvimento e Planejamento da Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1995.

SOUSA, Noémia de. **Sangue negro**. São Paulo: Editora Kapulana, 2016.

SOUSA, Noémia de. “Poema a Jorge Amado”. In: MORAES, Anita M. R. de; MARTIN, Vima Lia R. (org.) **O Brasil na poesia africana de língua portuguesa**: antologia. São Paulo: Editora Kapulana, 2019.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**, vol. 1: a árvore da liberdade. Tradução de Denise Bottmann. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2019.